

## DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS

# Em acordo entre Poderes, Congresso mantém emendas

Representantes do STF, do Parlamento e do governo anunciam que repasse de recursos será retomado com "critérios de transparência"

■ RENATO SOUZA  
■ RAFAELA GONÇALVES  
■ EVANDRO EBOLI

Depois de uma intensa disputa, que teve início ainda em 2022, com o chamado orçamento secreto, o Congresso saiu no lucro da negociação, ontem, com o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Executivo. Após quatro horas de conversa em um almoço na Corte, os ministros do tribunal, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegaram a um consenso que vai permitir a liberação dos pagamentos das emendas parlamentares individuais e coletivas.

Pelo acordo, o repasse de recursos será retomado após o Congresso apresentar uma solução para critérios de transparência sobre a execução das emendas. Essa definição, por parte do Parlamento, deve ocorrer em 10 dias.

A liberação está travada devido a uma decisão tomada pelo ministro Flávio Dino, de frear os repasses até que houvesse transparência e rastreabilidade em relação aos recursos. A determinação dele foi chancelada por todos os demais integrantes do STF.

Ficou acordado que as emendas pílax "ficam manidas, com impossibilidade, observada a necessidade de identificação antecipada do objeto, a concessão de prioridade para obras inacabadas e a prestação de contas perante o TCU (Tribunal de Contas da União)". Já as emendas de bancada "serão destinadas a projetos estruturantes em cada estado e no Distrito Federal, de acordo com a definição da bancada, vedada a individualização". Ou seja, o uso dos recursos destinados para indicações coletivas dos parlamentares deve ser em obras de impacto, como a construção de um hospital ou obras em rodovias.

Quanto às emendas de comissão, "serão destinadas a projetos de interesse nacional ou regional, definidos de comum acordo entre Legislativo e Executivo, conforme procedimentos a serem estabelecidos em até 10 dias".

O acordo ocorreu a portas fechadas, em Brasília, e foi

Henrique Roybal/CC



A reunião no gabinete de Barroso: entre os presentes, ministros do STF e os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco

convocado pelo presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso. Pelo governo, participaram o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o advogado-geral da União, Jorge Messias. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também estava presente.

Barroso destacou o ineditismo da reunião e a amênia. "Conseguimos um diálogo franco e constitucional para chegar ao consenso. Basicamente, há um consenso pleno para que haja transparência e rastreabilidade desse dinheiro. Há um consenso de que o Congresso deve ter um papel importante, sim, na alocação do Orçamento", afirmou.

Barroso também frisou que uma das preocupações foi manter a governabilidade, ou seja, a capacidade de atuação do Poder Executivo. Ele destacou que o relator do processo vai reanalisar sua decisão, com base no que foi acordado. "Tudo ainda será apreciado pelo relator depois de algumas reuniões entre Executivo e Legislativo", enfatizou.



**Houve um entendimento de que essa modalidade de transferência especial pode ser muito útil à execução orçamentária do Brasil, sobretudo para situações em que há obras inacabadas"**

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

## Obras inacabadas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que as emendas impositivas individuais, apelidadas de emendas Pix, devem ser destinadas a obras inacabadas.

"Houve um entendimento de que essa modalidade de transferência especial pode ser muito útil à execução orçamentária do Brasil, sobretudo para situações em que há obras inacabadas", disse Pacheco a

jornalistas. "O objeto dessa emenda de transferência especial é garantir que o recurso não vá compor o orçamento do município aleatoriamente. Terá uma finalidade específica e deve ser dirigido prioritariamente para a continuidade de obras inacabadas Brasil afora."

Levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que o país tem um passivo de 8.603 obras paralisadas, que contam com financiamento de recursos federais. Esses dados

## Alteração na LDO

Rodrigo Pacheco afirmou que, se for necessário, pode haver, inclusive, uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em vigência este ano, para acomodar as novas normas. Já o texto do PLDO de 2025, ainda pendente de votação no Congresso, também deve ser atualizado seguindo as diretrizes construídas em conjunto com os Três Poderes.

são de outubro de 2023. Esse volume é parte de um montante de 21.007 obras.

Segundo o TCU, as obras paralisadas incluem a construção e ampliação de escolas, estradas e hospitais, entre outros. O setor da educação básica é o mais atingido, com 3.580 obras paradas. Na sequência, aparece o setor da infraestrutura e mobilidade urbana, com 1.854 empreendimentos não concluídos. Depois, vem a saúde, com 318 obras paralisadas.



**Conseguimos um diálogo franco e constitucional para chegar ao consenso. Basicamente, a um consenso pleno para que haja transparência e rastreabilidade desse dinheiro. Há um consenso de que o Congresso deve ter um papel importante, sim, na alocação do Orçamento"**

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

Em comparação com o passado, a porcentagem de obras paralisadas aumentou de 29%, em 2020, para 41% em 2023. No mesmo período, porém, o volume total de obras diminuiu significativamente — 6.119 obras a menos — apesar do aumento do investimento previsto. O valor total de recursos investidos passou de R\$ 75,95 bilhões, em 2020, para R\$ 113,65 bilhões, em 2023.

De acordo com Pacheco, a ideia é "fugir da burocracia". "Permitir que haja a efetiva execução e realização de obras nos nossos mais de 5,5 mil municípios é algo que interessa à coletividade, interessa à sociedade", reforçou.

O senador afirmou ter sido uma decisão acertada. "É algo muito inteligente e interessante para o país, com a referêcia sempre da fiscalização no Tribunal de Contas da União (TCU) e dos órgãos de controle de modo geral, que devem também fiscalizar esses recursos", completou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2